



A Reinvenção da Tradição em *Niketche, Uma História de Poligamia*, de Paulina Chiziane

The reinvention of tradition in *Niketche, Uma História de Poligamia*, by Paulina Chiziane

Silvana Rodrigues Quintilhanos¹

Celina de Oliveira Barbosa Gomes²

Resumo: O presente artigo objetiva analisar a “dupla tradição” na obra *Niketche, uma história de poligamia* (2004), de Paulina Chiziane, a qual configura também o chamado hibridismo cultural, pertinente ao contexto contemporâneo moçambicano. Busca ainda, considerar de que maneira esta dupla tradição ou este hibridismo influenciam ou comprometem o reconhecimento de uma identidade moçambicana.

Palavras-chave: Dupla Tradição. Identidade. Hibridismo Cultural. Literatura Moçambicana.

Abstract: This article aims to analyze the "double tradition" in story *Niketche, a history of polygamy* (2004), Paulina Chiziane, which also sets the so-called cultural hybridity, relevant to the Mozambican contemporary context. Search also, consider how this dual tradition or this hybridity influence or compromise the recognition of a Mozambican identity.

Keywords: Double Tradition. Identity. Cultural hybridity. Mozambican literature.

Introdução

É sabido que, com o processo de colonização, diferentes países do continente africano acabaram por assimilar muitas das tradições estrangeiras, adulterando e mesmo rechaçando os costumes locais. Este processo de assimilação se deu de diferentes maneiras, muitas delas coercitivas e embasadas no desabono das instâncias culturais legítimas. As consequências desta proposta de minimização da cultura autóctone configuraram-se de diversas maneiras. Dentre elas, no entanto, as mais expressivas foram a anexação dos territórios e recursos pelo colonizador e o não (re)conhecimento de muitos dos caracteres identitários e culturais de seu povo, ao longo dos anos, pelas gerações posteriores; caracteres estes que foram homogeneizados no estabelecimento da chamada modernidade e, em muitos contextos, substituídos pelas ideologias estrangeiras.

¹ Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Londrina. Pós-Doutoranda em Cultura Contemporânea pelo PACC – Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ. Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Londrina. GP-EDUPEP.

² : Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual de Londrina. Docente no Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand.

Ao se tratar de tópicos como tradição, identidade e cultura, especialmente em contextos tão temporalmente remotos como os do continente africano, é preciso ressaltar que estes são conceitos que, em seu significado, encerram noções de pluralidade e fluidez. A propósito desta questão, por exemplo, Mia Couto, citado por Garcia (2012), afirma que

Moçambique é uma nação de muitas nações. É uma nação supranacional. E isso deve conviver perfeitamente dentro do espaço moçambicano. [...] fala-se muito de Moçambique como mosaico multicultural mas, no fundo, constantemente nos fazem lembrar que a única raiz da nossa moçambicanidade é a tal tradição. Ora essa mesma tradição é muito curiosa: [...] ninguém a sabe definir exatamente. (GARCIA, 2012, p. 400; 413).

Não obstante muitas vezes ser recorrente a oposição entre tradição e modernidade, sendo aquela considerada como fixa, vale dizer que ela não é estanque; não surgiu e se estabeleceu, por toda a história da qual faz parte, de uma única maneira, como é ilustrado por Ranger (1984):

Os costumes ajudavam a manter um sentido de identidade, mas permitiam também uma adaptação tão espontânea e natural que passava muitas vezes despercebida. Além do mais, **raramente existiu de fato o sistema consensual corporativo e fechado que era considerado ‘característico’ da África ‘tradicional’**. Quase todos os estudos recentes sobre a África pré-colonial do século XIX frisaram que, longe de existir uma identidade ‘tribal’ única, a maioria dos africanos assumia ou rejeitava identidades múltiplas, definindo-se em certos momentos como súditos de um chefe, em outros como membros de certa seita, em outros, ainda, como membros de um clã, e em outros momentos como iniciantes numa categoria profissional. Tais redes supostas de associação e permuta estendiam-se por amplas áreas. Assim, as fronteiras da comunidade ‘tribal’ e as hierarquias de autoridade nelas existentes não definiam os horizontes conceituais dos africanos. (RANGER, 1984, p.255) [grifo nosso]

Contudo, passou por um processo de validação de ações que se tornaram corriqueiras e, por conseguinte, ditas tradicionais.

Os costumes atestados pela prática colaboravam na definição de uma identidade pessoal e coletiva que, por sua vez, distinguiam também as culturas e os grupos tribais. Estes hábitos de delimitação destas comunidades, mais do que instrumento de identificação, tornaram-se preceitos de vida, de orientação e de valorização dos/para os povos. Com a ação do colonizador no continente africano, muitos destes princípios tornaram-se desacreditados ou impraticados. Sua validade passou a ser questionada em função da influência estrangeira, bem como por conta da “propaganda” de valores que a cultura do colonizador começou a divulgar como credencial de integração ao cenário moderno e global, a saber, normas religiosas, políticas, sociais e ideológicas.

Assim, vários indivíduos dos diferentes países em África, ao aderirem a tais rudimentos, passaram a somar à sua tradição (ou subtraí-la?) outra, misturando-a, em um dinâmico exercício de hibridismo e caracterizando um sistema de dupla tradição. As implicações desta ação são plurais, indo da falta de zelo e preocupação em relação à tomada e exploração de territórios e dos diferentes recursos e potenciais econômicos que eles possam oferecer, à confusão acerca do que é lícito ou ilícito nas formas de proceder das pessoas. *Niketche, uma história de poligamia*, narrativa ambientada em Moçambique, reflete esta indefinição. A protagonista Rami revela justamente esta imprecisão de rumos a seguir, se a tradição da mulher moçambicana do sul, se os hábitos das mulheres do norte, se as concepções sobre poligamia em voga em diferentes lugares na África ou, ainda, se os preceitos civis e religiosos europeus que “validam” seu casamento com Tony.

1. A Dupla Tradição em *Niketche, uma história de poligamia*

[...] é a dança do sol e da lua, dança do vento e da chuva, dança da criação. Uma dança que mexe, que aquece. Que imobiliza o corpo e faz a alma voar. As raparigas aparecem de tangas e miçangas. Movem o corpo com arte saudando o despertar de todas as primaveras. Ao primeiro toque do tambor, cada um sorri, celebrando o mistério da vida ao sabor do niketche. (CHIZIANE, 2004, p.160).

Niketche, uma história de poligamia é um romance narrado por Rami, protagonista da história. O espaço da obra intercala-se entre o Sul e o Norte de Moçambique, com

recursos narrativos de fluxo de consciência. O enredo trata da relação conjugal da protagonista com seu esposo Tony, que vivem no Sul de Moçambique. Rami é o estereótipo da dona de casa, enquanto seu marido é um renomado policial. Com a ausência do companheiro na vida familiar, a esposa entra em conflitos e questionamentos.

Diz-me, espelho meu: serei eu feia? Serei eu mais azeda que laranja-lima? Por que é que o meu marido procura outras e me deixa aqui? O que é que as outras têm que eu não tenho? [...] Diz-me, espelho meu, onde foi que eu errei? Serei feliz algum dia, com essas mulheres à volta do meu marido? (CHIZIANE, 2004, p.34).

Diante de suas inquietações, Rami resolve fazer aulas de iniciação sexual, costume muito tradicional no Norte do Moçambique, com o objetivo de salvar seu casamento com Tony. Com os ensinamentos, Rami se insere nos segredos das tradições africanas, estabelecendo diferenças entre o norte (matriarcal) e o sul (patriarcal) do país. Contudo, a protagonista insiste em procurar os motivos da ausência de Tony, descobrindo que “o coração de Tony é uma constelação de cinco pontos. Um pentágono.” (CHIZIANE, 2004, p.60).

Rami, então, conhece todas as cinco esposas, estreitando os laços familiares com e entre elas, tornando-se o centro da família poligâmica. A protagonista incita as outras mulheres à insatisfação por conta da conduta de Tony, estimulando-as à busca por independência. O ápice do romance se configura com o desejo das “outras” esposas e filhos de serem apresentados para toda família de Tony, conforme a tradição poligâmica. Tony se revolta e desaparece por um período, sendo dado como morto por atropelamento. Rami é submetida a um ritual de purificação, sendo posteriormente desposada pelo irmão mais velho de Tony, que lhe concebe um filho. No desfecho, Tony retorna e pede perdão a Rami, que o desculpa.

1.1 Reinvenção da Tradição em Concepções Híbridas

Como supracitado, as tradições locais africanas advieram de ações e pensamentos que se tornaram recorrentes e que se estabeleceram como parâmetro de atuação das comunidades, como corroborado em Silva e Silva (2009), no que se refere ao conceito de tradição:

Formas puras de ação social, atitudes que os indivíduos tomam em sociedade e que são norteadas pelo hábito, pela noção de sempre ter sido da maneira corrente. O indivíduo, então, **não questiona seu comportamento e o dos demais; aceita as regras e as segue como se fossem de fato legítimas.** (SILVA e SILVA, 2009, p.405) [grifo nosso].

Sua legitimidade, portanto, era atestada dentro do escopo das convenções sociais que definiam o que era certo e errado. A propósito desta questão, inclusive, vale destacar que muitos destes princípios ditos tradicionais eram manipulados a fim de corroborar privilégios de grupos específicos da comunidade, aqui, no caso, dos homens. É sabido, aliás, que não só em África, mas em diferentes países, a questão da divisão de funções com base em questões de gênero é enviesada, como se vê em Silva e Silva (2009):

[...] a divisão de trabalhos e mesmo de papéis em uma sociedade, tendo como parâmetros a dita raça e o sexo, são construções puramente artificiais (em contraposição ao que seria chamado de “natural”) e regulares, definidas por um grupo e estabelecidas pelo uso ao longo do tempo.” (SILVA e SILVA, 2009, p.86).

A consideração, portanto, de tradições criadas é uma conclusão a que se chega ao contemplar as relações que regiam estas sociedades.

No entanto, considerando estas tradições inventadas, termo utilizado por Ranger (1984), pode-se dizer que elas passaram por um processo de reinvenção quando da chegada do elemento estrangeiro. Com a apresentação e a supervalorização da chamada modernidade colonialista, as comunidades africanas tomaram/tomam como base de comportamento os modelos europeus. Conforme relata Ranger (1984), durante o processo da colonização europeia, os brancos perpetraram a difusão de costumes que buscavam, entre outras coisas, a justificativa para sua atuação exploratória naqueles territórios. Com isso, visavam a chancela de sua autoridade e da subserviência africana, camuflada sob o signo da modernidade, como se confirma no excerto:

Na África, também, os brancos dependeram da tradição inventada para gerar a autoridade e a confiança que lhes permitiram tornar-se agentes de transformações. Além disso, na medida em que essas

tradições foram conscientemente impingidas aos africanos, foram consideradas justamente como agentes de “modernização”.

[...] Uma das funções da invenção da tradição no século XIX foi dar uma forma simbólica reconhecível e rápida aos tipos de autoridade e submissão em evolução. Na África, e sob a influência por demais simplificadora do domínio colonial, as próprias afirmações simbólicas tornaram-se mais simples e enfáticas. (HOBSBAWM; RANGER, 2002, p.228-229; 244).

Os colonizadores precisavam, portanto, reinventar as tradições antigas de modo a subverter as relações comportamentais e culturais a seu favor; e foram essas tradições inventadas que deram aos africanos comportamentos modernos:

As tradições inventadas importadas da Europa, ao mesmo tempo em que forneceram aos brancos modelos de “comando”, deram também a muitos africanos modelos de comportamento “modernos”. As tradições inventadas das sociedades africanas – inventadas pelos europeus ou pelos próprios africanos, como reação – distorceram o passado, mas tornaram-se em si mesmas realidades através das quais se expressou uma incrível quantidade de conflitos coloniais. (RANGER, 1984, p.220).

Seria, então, ilusão achar que os diferentes hábitos encontrados no continente negro registrados por administradores e antropólogos serve de orientação para o estudo do passado africano. Isto porque grande parte deles faz parte da história do pensamento europeu, ou seja, configuram-se como falsos modelos de “tradição” colonial africana codificada.

A tradição inventada auxiliava na consolidação do poder do colonizador e na sustentação de uma sociedade hierárquica definida, na qual os africanos tornaram-se submissos aos europeus, como já visto. Em um contexto neotradicional esta tradição foi manipulada “para transformar e modernizar o pensamento e o comportamento africanos” (RANGER, 1984, p.229). Ao aprender então a “neotradição europeia subordinada”, o africano promovia-se socialmente no mundo colonial, inspirando em muitos uma espécie de nacionalismo.

Por outro lado, africanos que por alguma razão não foram “participantes naturalmente inseridos” neste processo de assimilação cultural, buscaram apreender as tradições inventadas europeias de forma relativamente autônoma,

[...] sem aceitar os papéis a eles atribuídos pelos europeus dentro delas. Num certo aspecto, a burguesia africana aspirante procurava apropriar-se da gama de comportamentos e atividades que definiam as classes médias européias. Por outro lado, muitos governantes africanos – e seus partidários – lutavam para obter o direito de exprimirem sua autoridade através dos títulos e símbolos da monarquia neotradicionaleuropéia. Os africanos novamente adaptaram o simbolismo neotradicional europeu como se fosse um modismo, manifestando sua sofisticação não através da “imitação” dos europeus, mas de uma mostra de sua impressionante capacidade de atualizar-se, de discernir as realidades do poder colonial e fazer sobre elas comentários perspicazes. (RANGER, 1984, p.245).

Esboços desta absorção dos costumes do colonizador podem ser percebidas no romance *Niketche, uma história de poligamia*, de Paulina Chiziane. A autora empreende uma representação, de forma metafórica e espacial, da “dupla tradição” existente no contexto pós-colonial moçambicano. A protagonista Rami vive no território sul moçambicano e cresceu recebendo os insumos de uma cultura assimilada, ocidental. Já as “outras” esposas de seu marido são do norte do país, local regido pela cultura e costumes tradicionais africanos:

Lobolo no sul, ritos de iniciação no norte. Instituições fortes, incorruptíveis. Resistiram ao colonialismo. Ao cristianismo e ao islamismo. Resistiram à tirania revolucionária. Resistirão sempre. Porque são a essência do povo, a alma do povo. Através delas há um povo que se afirma perante o mundo e mostra que quer viver do seu jeito. (CHIZIANE, 2004, p.47).

A tradição persiste e se reinventa numa simbiose, resultando numa percepção híbrida dos novos comportamentos advindos da modernidade colonial. Como explica Laranjeira (1985),

Em África, o acidentado percurso que vai da primeira utilização da escrita até as independências políticas inclui influências desde o indigenismo haitiano e o negrismo cubano até ao abolicionismo norte-americano e brasileiro e ao afromexicanismo, completando-se no panafricanismo e na negritude do século XX. (LARANJEIRA, 1985, p.9).

Em outras palavras, não existe cultura africana, no contexto em questão, sem substrato português. O teórico ainda acrescenta que “a formação das nacionalidades neoafricanas corresponde, obviamente, à formação das literaturas nacionais.” (LARANJEIRA, 1985, p.9). No caso de Moçambique, há uma miscelânea de cultura banto, cultura islâmica e cultura europeia; algumas destas influências, portanto, estão representadas no romance *Niketche* no conflito entre a monogamia *versus* a poligamia.

Bhabha (1998) atualiza as considerações de Laranjeira (1985) e traz à tona uma reflexão sobre a tradição *versus* a modernidade presente no discurso literário:

A enunciação da diferença cultural problematiza a divisão binária de passado e presente, tradição e modernidade, no nível da representação cultural e de sua interpelação legítima. Trata-se do problema de como, ao significar o presente, algo vem a ser repetido, relocado e traduzido em nome da tradição, sob a aparência de um passado que não é necessariamente um signo fiel da memória histórica, mas uma estratégia de representação da autoridade em termos do artifício do arcaico. (BHABHA, 1998, p.64-65).

Considerando o romance em discussão, pode-se atestar que Rami atualiza a tradição poligâmica. Não obstante relutar no início, requerendo - em uma reflexão pessoal que invoca sua formação de indivíduo assimilado – o “respeito” por seu casamento que, como ela mesma diz: “sou a esposa legítima, com contrato assinado no cartório” (CHIZIANE, 2004, p.20), foi feito de acordo com os preceitos da união civil (ocidentais), sua postura muda ao perceber que a poligamia é uma realidade. Uma realidade praticada

pelo marido e por muitas das mulheres do norte que concebem o casamento como a simples união carnal com o homem e pela “visita” que ele faz à sua casa; pelo fato de ter filhos com ele; ou ainda, pelo apoio financeiro que ele dá a elas. Mulheres que, segundo os códigos tradicionais que regem suas comunidades, dividem o mesmo homem, pois o número de potenciais maridos individuais é escasso, como se vê no seguinte excerto: “Desde cedo aprendi que homem é pão, é hóstia, fogueira no meio de fêmeas morrendo de frio. Na minha aldeia, poligamia é o mesmo que partilhar recursos escassos, pois deixar outras mulheres sem cobertura é crime que nem Deus perdoa” (CHIZIANE, 2004, p.55).

A partir, então, dos relatos de mulheres como Luísa, a terceira das concubinas de Tony, que revela esta e outras realidades dos lugares onde vivem no norte moçambicano, é que a protagonista Rami começa a contemplar a poligamia com outros olhos. Passa a enxergar que existem outros rudimentos tradicionais para além daqueles que sua educação ocidental lhe ensinou:

Em algumas regiões do norte de Moçambique, o amor é feito de partilhas. Partilha-se mulher com o amigo, com o visitante nobre, com o irmão de circuncisão. Esposa é água que serve ao caminhante, ao visitante. A relação de amor é uma pegada na areia do mar que as ondas apagam. Mas deixa marcas. Uma só família pode ser um mosaico de cores e raças de acordo com o tipo de visitas que a família tem, porque mulher é fertilidade. É por isso que em muitas regiões os filhos recebem o apelido da mãe. Na reprodução humana, só a mãe é certa. No sul, a situação é bem outra. Só se entrega a mulher ao irmão de sangue ou de circuncisão quando o homem é estéril.

Nas **práticas primitivas**, solidariedade é partilhar pão, manta e sêmen. (CHIZIANE, 2004, p.39). [grifo nosso].

As revelações fazem com que a personagem questione, mesmo que timidamente e depois de muito sofrer, alguns dos preceitos ocidentais que recebeu como espólio da colonização:

Nunca ninguém me disse a origem da poligamia. Por que é que a igreja proibiu estas práticas tão vitais para a harmonia de um lar? Por que é que os políticos da geração da liberdade levantaram o

punho e disseram abaixo os ritos de iniciação? É algum crime ter uma escola de amor? Diziam eles que essas escolas tinham hábitos retrógrados. E têm. Dizem que são conservadoras. E são. A igreja também é. Também o são a universidade e todas as escolas formais. Em lugar de destruir as escolas de amor, por que não reformá-las? O colonizado é cego. Destrói o seu, assimila o alheio, sem enxergar o próprio umbigo. E agora? Na nossa terra há muito desgosto e muita dor, as mulheres perdem seus maridos por não conhecerem os truques de amor. Fala-se de amor e aponta-se logo o coração e nada mais. Mas o amor é coração, corpo, alma, sonho e esperança. (CHIZIANE, 2004, p.45).

Vale destacar, no entanto, que mesmo os hábitos que atestam a poligamia são questionados pela autora, validando o que foi posto no que se refere à tradição manipulada em favor de alguns grupos sociais. Isto porque em umas dos momentos da narrativa, fica explícita o hiato sociocultural existente entre homens e mulheres, bem como as determinações que regem as relações de gênero:

Ganho toda a coragem e digo tudo o que sinto: falo da saudade, da minha ansiedade. Das suas ausências constantes que tornam a casa desavergonhada por falta de punho de homem. Ele rosna como um canino e faz cara de zangado. Enervo-me e acuso-o. Conto-lhe as cenas de pancadaria em que andei envolvida, as feridas, os curativos na clínica. Esperava uma reação furiosa, um grito, uma bronca, uma sova. Mas ele vira-se para o lado, cobre-se e tenta dormir outra vez. Incomodo:

- Traição é crime, Tony!

- Traição? Não me faça rir, ah, ah, ah, ah! A pureza é masculina, e o **pecado é feminino. Só as mulheres podem trair, os homens são livres**, Rami. (CHIZIANE, 2004, p.29) [grifo nosso].

É, portanto, neste interim que se observa um misto de costumes, um duo (pelo menos) de tradições que dinamicamente – mas, quiçá, não harmonicamente – convivem. Esta convivência, no entanto, para o indivíduo assimilado, nem sempre é clara, plena e salutar, já que muitas de suas implicações suscitam confusões sobre que lugar estes

sujeitos ocupam em seus contextos socioculturais, bem como que identidade, individual e coletiva, eles possuem de fato. Sobretudo, esta combinação de hábitos conturbam ainda a reflexão sobre a razão pela qual, hoje, esta tradição se reinventa e como, obscurecendo e manipulando a verdade sobre o ser (ou não ser) deste indivíduos.

2. Rami, a voz questionadora das tradições de Paulina Chiziane

A escrita feminina moçambicana ainda é muito incipiente. Na vertente poética, destaca-se Noémia da Souza. Na produção romanesca é Paulina Chiziane um dos expoentes, considerada a primeira mulher a publicar um romance em Moçambique, com a obra *Balada de amor ao ventos*, em 1990. *Ventos do apocalipse*, concluído em 1991, foi publicado em Maputo em 1995. *O sétimo juramento* e *Niketché* foram lançados em Portugal em 2000 e 2002, respectivamente. É nesta última obra, escolhida como corpus desta análise, que a autora empreende com genialidade uma crítica que, tomando as noções de local e universal de Antônio Candido, contempla uma discussão bastante recorrente e geral em África, o da dupla tradição e/ou a (re)invenção das tradições.

É na voz aparentemente ingênua e descompromissada de Rami e na sua formação assimilada que Chiziane apresenta as causas e os efeitos da ação estrangeira sobre as instâncias culturais moçambicanas. Revela de que maneira a influência do colonizador tentou apagar aspectos de distinção das diferentes comunidades locais e que faziam parte de sua história e de seu legado social. A narrativa da autora, permeada de provocações, propõe um confronto entre os diferentes contextos regidos pelos códigos europeu e africano, evidenciando uma batalha histórica, popular, cultural e desigual, por valer-se, respectivamente, de argumentos como a modernidade *versus* a tradição; esta última, sendo atrelada especialmente ao continente negro, é representada sob o signo do primitivismo, da obsolescência e da desvalorização.

Chiziane, no entanto, não delata apenas o prejuízo da ação colonizadora para as expressões culturais. Ressalva a reinvenção ou a atualização de tradições e o hibridismo corrente em África na atualidade, evidenciando que não é possível o purismo de costumes em um mesmo país e, quiçá, em uma mesma comunidade, haja vista a pluralidade de expressões e de interpretações destas. O problema apresentado por ela e por outros escritores não é a mistura, mas a tentativa e efetivação do apagamento de muitas manifestações primordiais em África pelos poderes estrangeiros, especialmente o europeu.

Por fim, o texto de Paulina Chiziane, sua protagonista Rami e a própria autora, corroboram o que é apontado por Hoppe (2000, p.219):

A história das mulheres [em África] foca-se nas mulheres como agentes da mudança histórica. Mulheres da história mostram que a história não é exclusivamente sobre homens e suas ações, experiências e atitudes e que não são elas sempre que importam. (HOPPE, 2000, p.219).

Isto porque, como relacionado acima, ao propor uma protagonista que passa por uma elucidação acerca de sua história, sua identidade cultural e sobre a própria tradição, Paulina Chiziane também delineia uma mulher que questiona a prática da poligamia por Tony. Em outras palavras, Rami, mesmo após “assimilar” a existência das outras mulheres de seu marido, as incita a se rebelarem e a buscarem sua autonomia frente a um indivíduo que, de alguma maneira, as subjuga, respaldado nos preceitos da tradição. E esta postura de independência, reflexão e crítica, associada aos perfis de muitas personagens na literatura e das próprias escritoras como Chiziane, acaba por funcionar como metáfora para a luta que, de alguma maneira, travam em favor da independência, em todos os sentidos, como validado por Chuku (2000, p.110-111):

As mulheres africanas ocupam papéis principais nas batalhas pelo nacionalismo no continente, na organização de atividades anticoloniais e na disseminação de ideias nacionalistas. Participam em revoluções por diversos caminhos. O envolvimento das mulheres e o grau de participação delas em movimentos nacionalistas são primeiramente determinados pela situação colonial. (CHUKU, 2000, p.110-111).

Enfim, escrever para Paulina Chiziane, considerando a protagonista de *Niketche*, caracteriza-se como exercício estético de representação de Moçambique e de seus costumes, mas também como ação crítica e questionadora das diferentes histórias que estabelecem e mantêm as tradições.

Considerações Finais

A especificidade cultural de Moçambique representada esteticamente por Paulina Chiziane permite reconhecer a alteridade de uma cultura por si só tão múltipla. O múltiplo que traduz o conflito inerente a uma existência fragmentada, que se reconstrói

hibridamente e se reconfigura como identidade. Uma identidade potencialmente autônoma, elucidada e questionadora, que não prescinde das diferentes influências que a forjaram, mas as reconhece no dinamismo das relações históricas nas quais se insere.

Bibliografia

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Coleção Humanitas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CHIZIANE, Paulina. **Niketché: uma história de poligamia**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

CHUKU, Gloria I. Women and Nationalist Movements. In: FALOLA, Toyin. **Africa: The end of colonial rule. Nationalism and Decolonization**. North Carolina: Carolina Academic Press, 2000, p.109-130.

GARCIA, Flavio. Traços identitários da realidade moçambicana sob as lentes do maravilhoso: apropriações e ressignificações discursivas. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares; CURY, Maria Zilda Ferreira (Orgs.). **África: dinâmicas culturais e literárias**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOPPE, Kirk Arden. Gender in African History. In: FALOLA, Toyin. **Africa: Colonial Africa, 1885 – 1939**. North Carolina: Carolina Academic Press, 2000, 219-238.

LARANJEIRA, Pires. **Literatura canibalesca**. Edições Afrontamento: Porto, 1985.

RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 405-408.